

CIÊNCIA ECONÓMICA E FORMAÇÃO DE UMA LINGUAGEM

Virgínia Maria Granate Costa e Sousa

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro (ISCA), Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro

virginiagranate@ua.pt

ABSTRACT

The dynamics of the economic science evolution it is followed by the development of the national accounts, as a structured language and, later on, by the first international systems of national accounts. On this study we used the metaphors of the economic science to signalize the change on its paradigms and the birth of national accounts. In fact, the mechanical metaphor creates a “gap” between economic science and national accounts but opens the opportunity for the organic metaphor – the one that conducts the economic thought towards the institutionalism, develops the theories and quantification based on aggregates, and supports Keynes’s model – a revolution in the macro economics and in the economic language, in the line of an economic science sustained by facts and observations. Afterwards, Stone, the Nobel of 84, considering, as Keynes did, that the development of economic science depends on the effective combination between facts and theories, creates the 2nd international system generation of national accounts and supports national accounts as an universal language. Today, in a crisis context, more than ever, the market and its rules are in question, when considered as an auto regulation instrument on the service of the mechanical economic image that closes the system on itself; the dynamics of evolution stimulates the construction of a new economic language and triggers the 5th international system generation of national accounts, skilled to give the proper answer for the new demands of information. We conclude that nowadays national accounts characteristics - as accounting model and economic language for the analysis and governance – follow the construction of an evolution dynamics, leaving behind the changing process of the paradigms in the economic domain. We are facing a new and different “gap” explained by the co - evolution process of economic science and the language of the national accounts.

Keywords: economic science, national accounts, evolution, paradigms.

RESUMO

A dinâmica da evolução da ciência económica é acompanhada pelo desenvolvimento da contabilidade nacional como linguagem estruturada que, mais tarde, dará origem aos primeiros sistemas internacionais de contabilidade nacional. Utilizamos as metáforas da ciência económica para assinalar as mudanças de paradigma e, dessa forma, sinalizar o aparecimento da contabilidade nacional. De facto, a metáfora mecanicista – aquela que cria um “gap” entre ciência económica e contabilidade nacional – é seguida pela organicista, que abre o pensamento económico ao paradigma institucionalista, desenvolve a conceitualização e a medida de agregados e ajuda a estruturar o pensamento Keynesiano; este, ao defender a interação entre teoria e medida, contribui para o progresso da ciência económica e para a formação consistente da contabilidade nacional como linguagem. Mais tarde, Stone, o Nobel de 84, ao considerar, tal como Keynes, que o pleno desenvolvimento da ciência económica depende de uma combinação eficaz entre factos e teorias, faz avançar a 2^a geração de sistemas internacionais de contabilidade nacional e lidera a sua consolidação como linguagem universal. Hoje, em plena crise económica e financeira, questiona-se, novamente, o mercado e a sua lei, como mecanismo auto regulador, destrói-se a imagem utilitária e mecanicista, que fecha o sistema sobre si mesmo, e constrói-se uma linguagem económica ao serviço da dinâmica da evolução. Nasce a quinta geração de sistemas internacionais de contabilidade nacional que se propõe responder às novas e crescentes necessidades de informação. Concluímos que, hoje, as características da contabilidade nacional – como modelo contabilístico e como linguagem económica para a análise e governação – lhe traçam o caminho de uma evolução, deixando para trás o processo de mudança de paradigmas da ciência económica. Assinalamos um novo e diferente “gap” explicado pelo processo de co - evolução da ciência económica e da linguagem das contas nacionais.

Palavras chave: ciência económica, contabilidade nacional, evolução, paradigmas.

1. INTRODUÇÃO

A Economia, de origem escocesa, emerge num contexto marcado pela clássica ausência de barreiras entre filosofia natural, lógica, ética e filosofia moral -, cuja sensibilidade aos métodos da física e da química a transformam numa espécie de “*filosofia experimental*” (Emerson, cit. in Redman, Deborah A., 1997, p.109).

A filosofia moral enquadrava o estudo do homem, em sociedade. A ciência era indissociável dos valores e a economia pretendia levar o Homem a atingir a felicidade, através da descoberta de leis sociais idênticas às naturais (Redman, Deborah A., 1997, pp. 110 a 113).

A British Association for the Advancement of Science, em reunião de 1833, onde estiveram presentes os fundadores da sua Secção F – a secção estatística - ¹ intentou erguer a Economia Política à dignidade de ciência, através de fundamentos estatísticos, numa época em que qualquer ciência, para o ser, deveria tentar imitar a astronomia física de Newton, que aparecia à cabeça da pirâmide da hierarquia das ciências. Esta hierarquia refletia os diversos estados de desenvolvimento das várias disciplinas científicas.

À época a Economia, considerada como “*subdesenvolvida*”, não devia, por esse facto, utilizar o método dedutivo, apenas destinado às disciplinas situadas no topo da hierarquia. Refira-se que a teoria das probabilidades tinha um papel de ajuda da rainha das ciências - esta que, segundo Francis Y. Edgeworth, deveria ser o modelo da ciência económica (Henderson, James P.,1994, pp. 484 a 491).

A Economia, no seio de um contexto comum, que privilegia o desenvolvimento da Física, passa a denominar-se Física Social. Esse quadro de análise conduz à comparação do Homem com a máquina: a sua força de trabalho e a sua produtividade dependem da energia fornecida pelos alimentos. Assim, não admira que R.D. Thomson estude a forma de minimizar o custo do fornecimento de energia à força de trabalho, através do cálculo do valor nutritivo de várias espécies de pão, em comparação com o seu custo. (Porter, Theodore, M.,1994, p. 143).

Ainda, à imagem da Física, a Economia Política adota a conceção de equilíbrio como de forças opostas, como por exemplo para Malthus (Redman, Deborah A., 1997), adepto da aplicação da teoria das proporções à análise económica. Apoiada em conceitos matemáticos, transforma-se numa mecânica social, como diz Edgeworth, que a coloca ao lado da mecânica celeste, identificando a máxima energia com a máxima satisfação (cit. in Piettre, André, 1968, p. 398).

Mais tarde, sob o signo do aprofundamento científico da Biologia, cuja metodologia inspira um novo paradigma científico, a Economia, em consonância com as novas orientações, sustenta a imagem de uma sociedade considerada como organismo complexo, dotado de uma organização estruturante. A ciência económica evolui na procura do conhecimento da estrutura anatómica de cada país, envereda pela

¹ As seis secções, ou o Comité de Ciências do B.A.A.S. eram, por ordem: 1. Matemática e Física Geral; 2. Química, Mineralogia, etc.; 3. Geologia e Geografia; 4. História natural; 5. Anatomia, Medicina, etc e 6. Estatística (Anonymous, cit. in Henderson, James P.,1994).

estatística e pela construção de agregados, e afirma-se como ciência cada vez mais aplicada e social ao assumir que “*a individualidade é, em si mesma, um fenómeno social*” (Hodgson, Geoffrey, 1997, p.12).

É, assim, que a dinâmica da mudança da ciência económica e seu contexto vai criando espaço para a construção da Contabilidade Nacional, como sistema de informação e como linguagem estruturante de um todo em complexidade crescente.

Como acompanhar essa dinâmica de mudança? Utilizaremos a metáfora como instrumento de análise da génese e evolução da Contabilidade Nacional entendida como linguagem económica.

2. CIÊNCIA ECONÓMICA: AS METÁFORAS E A CONTABILIDADE NACIONAL

2.1 IMPORTÂNCIA DA METÁFORA NA DESCOBERTA DA GÉNESE DA CONTABILIDADE NACIONAL

No contexto da evolução científica, ao pretender conquistar um lugar privilegiado, na hierarquia das ciências, a Economia, sob a influência dos seus cientistas, utiliza a metáfora, que se manifesta como fonte de criatividade (Hodgson, Geoffrey, 1997, 19) e de interdisciplinaridade.

Podendo ser uma mera figura de estilo, a metáfora adquire significado no estudo do pensamento económico, quando caracteriza uma época, caso da metáfora do relógio², quando aconselha uma forma de pensamento - a economia como mecânica social - e, fundamentalmente, quando assinala uma mudança de paradigma.

A metáfora³, que ocupa um lugar fundamental na estrutura linguística da ciência, guia o pensamento, proporciona significados cognitivos, que permitem entrar no domínio do desconhecido, e aproxima as várias áreas disciplinares. Acresce que nasce da interação de contextos diferentes e pluridisciplinares, clarifica os fundamentos de uma corrente de pensamento e realça a mudança de paradigma, ou seja, configura a “*reconstrução do domínio a partir de novos fundamentos*” (Thomas Kuhn cit in Hodgson, Geoffrey M., 1997, p.23).

As várias “*caixas pluridisciplinares*” (Le Moigne, J.L. et Orillard, M., cit in Bartoli, Henri, 1996, p. 186), utilizadas em Economia na aplicação de modelos hidráulicos, matemáticos, mecânicos, termodinâmicos, biológicos, estruturalistas, sistémicos, cibernéticos, etc, podem servir de guia metodológico na observação do pensamento económico e sua evolução em interação com uma realidade multidimensional.

As metáforas da ciência económica, que realçam mudanças de paradigma, clarificam o processo de desenvolvimento da Contabilidade Nacional como sistema de informação.

De facto, o estudo da evolução da Contabilidade Nacional, como linguagem económica, não pode furtar-se à observação atenta dos paradigmas, que permitem compreender a realidade, apoiam a elaboração de teorias e ajudam a conceber a complexidade (Morin, E., cit in Le Moigne, J.L., 1994, p. 25).

² O relógio, o símbolo do século XVIII dá corpo a uma metáfora que “*idealiza as qualidades da regularidade, da ordem e da harmonia*” a aplicar ao sistema planetário, ao corpo humano e ao corpo político (Mayr, 1986, cit in Redman, Deborah A., 1997).

³ As metáforas mais importantes para a elaboração científica são: a heurística, que encaminha o pensamento para uma abordagem diferente dos fenómenos, e a constitutiva, que formula esquemas conceituais, através dos quais se pode interpretar aquilo que nos rodeia (Klamer, Arjo and Leonard, Thomas C, 1994).

A Contabilidade Nacional, “*a maior inovação conceptual do pós-industrialização*” (Gross, cit in Pichot, Alain, 1968, p. 1013), situada na confluência dos conceitos de várias disciplinas económico-sociais, projeta a sua eficácia numa estruturação linguística interdisciplinar, patente na visão evolucionista da ciência económica.

2.2. METÁFORA MECANICISTA

A produção teórica, entendida como um sistema, gera-se no seio de um complexo de forças, que desenha a sua compatibilidade com o projeto político do grupo social dominante. Assim, toda a criação teórica aparece como que condicionada pelas condições internas da própria ciência, mas também pelas prioridades escolhidas pelo sistema sócio económico (Aguilar, Joaquim, 1973, pp. 34 e 35).

A Economia emerge como uma disciplina científica com Adam Smith, líder da escola clássica inglesa. A utilização de princípios, devidamente relacionados, a conceção de sistema, a história natural, o uso prudente da estatística, tudo vai dando consistência a esta nova ciência (Redman, Deborah, A., 1997, p. 233).

O espírito científico de Smith revela-se no estudo do Homem e da sua natureza, na observação do social e do económico, na análise dos factos, no emprego do método comparativo e na experimentação (Redman, Deborah, A., 1997, p. 244).

De Smith a J. Stuart Mill, o método indutivo conquista espaço. Smith alinha com os empiristas, colocando em relevo a observação. O mesmo acontece com Mill que, ao assumir que a ciência começa com a observação, faz emergir a teoria dos factos (Redman, Deborah, A., 1997, p. 193).

Adam Smith, um dos principais arquitetos doutrinários do liberalismo, perfila-se como defensor do industrialismo e do livre comércio (Laski, Harold J., 1973, p. 171) e reserva ao Estado o papel de guardião da propriedade privada, que “*habilitava os ricos a dormirem pacificamente em suas camas*” (Laski, Harold J., 1973, p. 183).

O poder coercivo do Estado é posto ao serviço do sagrado direito da propriedade, com a finalidade de obter o lucro individual e a riqueza da Nação (Laski, Harold J., 1973, pp. 187 e 188).

A Riqueza das Nações, “*secular em sua tónica, racionalista no método e individualista nas concepções*” (Laski, Harold J., 1973, p.129), exprime a ideia fundamental do seu autor: o conjunto de ações espontâneas dos agentes económicos, quando realizadas em benefício particular, conduz, graças à “*mão invisível*”, ao bem social.

A identidade de interesses entre as várias classes e a não intervenção estatal, para além da proteção indispensável às atividades espontâneas e ao direito de propriedade, são os ingredientes fundamentais para que se atinja o “*enriquecimento dos indivíduos e do soberano*” (Smith, Adam, 1950, p. 717).

Smith, inspirado por Newton, defende que a ordem não vem da intervenção do governo, mas dos interesses de cada um, auto regulados por um poder invisível, que conduz ao equilíbrio e, portanto, ao ótimo social.

O pioneiro da ciência económica considera que ela deve ser entendida à imagem da física de Newton. As leis gerais da economia são inspiradas pelas leis naturais do movimento (Redman, Deborah, A., 1997, p. 207).

O “*sistema é uma máquina*” e os seus componentes interligam-se, permitindo a coerência e estabilidade do todo. Os agentes económicos são átomos do todo social. O equilíbrio é a resultante de um conjunto de forças que interagem, de acordo com o interesse individual, em direção à estabilidade do sistema (Redman, Deborah, A., 1997, p. 219).

A ordem natural de Smith, que, tal como Quesnay, é um filósofo da ordem natural, avizinha-se da ideia Newtoniana de equilíbrio mecânico.

Aproximando-se de Mandeville, a escola escocesa considera possível a existência de harmonia e ordem social, através de uma não regulação (Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 60).

Assim, a ordem económica, segundo Smith, é espontânea. Ele idealiza a existência de equilíbrios, ou estados estacionários, onde predomina a ordem, sendo a economia uma espécie de “*microcosmos*” do espaço global em que a “*mão invisível*” equilibra as forças da oferta e da procura emanadas do interesse individual (Hodgson, Geoffrey, 1997, p.65).

O liberalismo traça a definição de um equilíbrio ótimo – permitido pelo equilíbrio orçamental e pela otimização das várias decisões dos agentes implicados.

A “*mão invisível*”, que permite a harmonização de interesses divergentes, a estabilidade do equilíbrio no seio do funcionamento natural do sistema, “*a concretização de objetivos estratégicos*” e sua compatibilização, através do mercado, desencadeia a máxima satisfação individual e coletiva (Aguar, Joaquim, 1973, p. 51).

A conceção de equilíbrio, baseada na mecânica da ordem natural e no automatismo, explica a total liberdade da atividade económica, a confiança plena no sistema de mercado e, portanto, dispensa um sistema de informação, como a Contabilidade Nacional.

O mercado, apoiado em seus fundamentos de liberdade, ordem e equilíbrio, agiganta-se, cada vez com mais pujança, ao serviço de uma ideologia, que o coloca no centro da ordem social (Bellon, Bertrand e al, 1994, p.19). Contudo, os alvares da Ciência Económica, com Adam Smith, anunciam contribuições extremamente úteis para a estruturação teórica dos futuros sistemas de Contabilidade Nacional. A atitude empirista, favorável à estatística, a construção de macro agregados e a conceção de riqueza não se vão perder, mas aperfeiçoar, na poeira dos tempos.

Alguns agregados, como por exemplo o Rendimento Nacional, colhem importância significativa na obra de Thomas Robert Malthus. Este professor inglês de Economia Política, em 1805, aparece como precursor de Keynes: aplica a sua doutrina das proporções à análise económica, coloca a sua disciplina mais próxima da filosofia que da matemática e questiona o conceito de equilíbrio. Para ele a economia é o “*equilíbrio de forças opostas*” (Redman, Deborah, A., 1997, pp. 292 e 293).

David Ricardo, considerado por alguns como o pai do método dedutivo (Redman, Deborah, 1997, p.283), avesso à intervenção estatal, defende dois princípios fundamentais: a propriedade privada e a livre contratação entre os agentes económicos (Laski, Harold J., 1973, p. 183). O seu pensamento gera uma tentativa de revolta liderada por Richard Jones, responsável pela organização da secção F⁴ - a secção estatística - da British Association for the Advancement of Science (Goldman, cit in Porter, Theodore M., 1994, p. 133).

A estatística, indispensável à Contabilidade Nacional, enquanto base experimental da economia ao serviço de um ideal social e económico, em oposição à dedução ricardiana e a Jean Baptiste Say (Porter, Theodore M., 1994, p. 132), começa a desabrochar, impulsionada pela ideia de que a economia sem estatística, seria como a física, sem experimentação.

Este confronto de orientações deixa aparecer a disputa entre a economia pura, apoiada numa metáfora mecanicista, e uma economia mais aplicada, cada vez menos mecanicista e mais próxima de uma realidade social, que convida a uma intervenção corretora e não dispensa a Contabilidade Nacional.

Contudo, a ideologia liberal vai conquistando espaço, ao longo de oitocentos, e aconchega a revolução marginal de 1870. Os pioneiros dessa revolução baseiam o seu pensamento “*na teoria dos campos sobre o valor*”, importada da física teórica, não experimental, do século XIX (Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 25).

Os denominados utilitaristas, William Stanley Jevons (1879), Henry Sidgwick (1879) e Edgeworth, destruíram os esforços anteriores, nomeadamente desenvolvidos pelos criadores da secção F, para traçar aquela que consideravam uma “*imagem científica da economia*” (Henderson, James P., 1994, p. 504).

A sucessiva desvalorização da importância de elementos empíricos, em prol da “*bandeira*” da teorização matemática conduz a uma não utilização da Contabilidade Nacional como sistema de informação.

O cálculo diferencial, a chave mestra da ciência física, abre o tesouro da teoria pura da economia, diz Edgeworth, em 1891 (Henderson, James P., 1994, p. 511).

O divórcio entre a quantificação, aquela que é defendida pela secção F da B.A.A.S., e a matematização, aquela que é praticada pelos neoclássicos, institucionaliza-se. Assim, a secção F é usada para fazer nascer a British Economic Society, ao serviço do ideal neoclássico (Henderson, James P., 1994, p. 511).

É, desta forma, que a quantificação, indispensável para a evolução da Contabilidade Nacional, é colocada em lugar de subordinação em relação à dedução matemática.

⁴ A secção F vem a ser a semente da Statistical Society of London e a antepassada da Royal Statistical Society (Porter, Theodore M., 1994).

O método matemático, ao contribuir para criar uma imagem científica da economia, adia as operações de observação, medida, contagem e análise estatística, que a ciência exigia nos seus primórdios (Henderson, James P., 1994, p. 505).

Jevons, numa tentativa de imitação da física, talvez da pior forma, força a ciência económica à utilização de modelos matemáticos, afastando-a da evidência empírica.

A ciência económica afasta-se da realidade e da Contabilidade Nacional.

Edgeworth, adepto de uma álgebra económica, e não de uma aritmética política, contribui igualmente para afastar a economia dos factos (Henderson, James P., 1994, p. 509) e contribui para a transformação da ciência económica numa mecânica social. E afirma: “*A mecânica social poderá um dia ocupar um lugar ao lado da mecânica celeste, exibindo o princípio da máxima energia (máxima satisfação) que é o ponto supremo da ciência social como da ciência física*” (cit in Piettre, André, 1968, p. 398).

A visão mecanicista acompanha, também, Stanley Jevons que diz: “*o económico é a mecânica da utilidade e do interesse individual*” (cit in Piettre, André, 1968, p. 398).

É, também, notório que o pensamento neoclássico é dominado pelas ideias de racionalidade e equilíbrio. Os agentes económicos quando sujeitos “*a uma combinação de forças, otimizam no ponto de equilíbrio como se fossem partículas que obedecem a leis mecânicas*” (Hodgson, Geoffrey, 1997, p.26).

Estamos perante a maximização mecanicista, que, sujeita a restrições, preenche o núcleo duro do pensamento neoclássico. Jevons e Léon Walras abraçam a metáfora energética, admitindo que o equilíbrio económico é atingido através da otimização (Hodgson, Geoffrey, 1997, 93).

O sistema social é definido com um complexo atomístico. A sociedade, observada numa perspetiva individualista, é um somatório de ações de vários indivíduos que perseguem os seus objetivos.

A economia, no seu esforço para alcançar o estatuto de Ciência, abraça, com a Escola Neoclássica, a metáfora do século XIX – a mecanicista.

Léon Walras, economista da Escola de Lausana, ou da Escola Matemática - assim denominada para melhor se distinguir da Escola Austríaca (Dobb, Maurice, 1977, p. 255) -, constrói, através da sua teoria estática do Universo Económico, uma autêntica “*Carta da Ciência Económica*” (Schumpeter, Joseph A., 1983, p. 291 do V. III), desbravando o caminho a importantes investigações futuras.

O funcionamento do modelo de Walras é ilustrado pelo “*quadro económico*” apresentado na sua obra *Éléments d’Économie Politique Pure ou Théorie de la Richesse Sociale* (cit in Schumpeter, Joseph A., 1983, p. 329 do V. III).

A sua micro análise apoia-se na construção teórica de vários mercados concorrenciais, que compõem o “mecanismo” económico global, onde reina a informação perfeita.

Walras, um destacado artífice da economia neoclássica, utiliza o raciocínio dedutivo e a precisão da definição, extraídos da mecânica pura, num modelo abstrato de livre troca, que conduz ao equilíbrio geral.

As leis, que podem ser expressas matematicamente, constituem, segundo o autor de Elementos de Economia o grande fundamento da Ciência Económica (Porter, Theodore M., 1994, p. 149).

A teoria do equilíbrio geral de Walras partilha a conceção Spenceriana de que o equilíbrio é atingido quando cada unidade alcança o máximo estado de satisfação (Theo Suranyi-Unger, cit in Hodgson, Geoffrey, 1997, p.93).

O equilíbrio de Walras, baseado na lei de Say, permite adivinhar a possibilidade de um pleno emprego, através de um conjunto de forças “*equilibrantes*”. A tendência, marcante, do formalismo matemático, acentua-se, quando a teoria do equilíbrio geral se estabelece, como uma tendência de investigação na Ciência Económica, dos anos 30 e 40 (Porter, Theodore M., 1994, p. 159).

A metáfora da teoria do equilíbrio geral é mecanicista. A sociedade é composta por um somatório de vários indivíduos (átomos), que agem na prossecução de objetivos muito próprios.

Mais tarde, Hayek, representante do individualismo metodológico da Escola Austríaca, considera fatal, numa sociedade de livre troca, a tendência para o equilíbrio; defende uma ordem espontânea, prefere um governo mínimo e deseja a máxima liberdade individual, desde que estejam asseguradas a propriedade privada e a total liberdade de mercado (Hodgson, Geoffrey, 1994 a, pp. 434 e 436). Confiante no sistema de preços, elogia as suas propriedades informativas (Babe, Robert A., 1994, p. 47).

A Economia assume, particularmente na Europa, um grande aparato científico, afastando-se, sucessivamente, da resolução de problemas práticos.

Uma análise puramente conceptual “*fecha o sistema sobre si mesmo*”, justamente quando a opinião pública se encontra aberta à denúncia dos abusos sociais propiciados por um clima de “*liberdade sem limites*” (Piettre, André, 1968, p. 398).

Nos E.U.A, o triunfo dos princípios neoclássico acontece, com a criação da Associação Americana de Economia, em 1885 (Tobin, James, 1996, p. 673). John Bates Clark, um dos seus fundadores, partindo para uma reestruturação da economia neoclássica, insurge-se contra a tradição clássica, nomeadamente contra Ricardo e Mill e o seu “*laissez faire*”. Clark aposta no marginalismo e, muito especialmente, na teoria da produtividade marginal da distribuição (Tobin, James, 1996, pp. 674 e 703).

A Filosofia da Riqueza (1886) de Clark critica a tradição clássica e contrapõe, a um excessivo individualismo, uma sociedade vista como orgânica (Tobin, James, 1996, pp. 676 e 677). O “*mestre do marginalismo americano*” (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p.168) dedica especial atenção à distribuição de rendimentos e defende o controlo do sistema, através da intervenção pública.

O modelo de pensamento de Clark – o defensor da “*mobility without motion*”- é agregativo, não walrasiano e insere-se num contexto competitivo onde sobressaem as aplicações marginalistas de utilidade e produtividade (Tobin, James, 1996, pp. 681 a 6834), dominadas pelos “*mecanismos equilibrantes*” (Hodgson, Geoffrey, 1994 b, p. 142).

O autor da Filosofia da Riqueza luta vigorosamente pela intervenção governamental, em defesa da concorrência, que considera em perigo, e promove a criação de leis anti-trust para que o mercado, como mecanismo informador por excelência, possa funcionar (Tobin, James, 1996, p.677).

Irving Fisher (1867-1947), tal como Clark, fundador da American Economic Association, alarga e melhora o “*templo neoclássico*”. É discípulo de Simon Newcomb⁵, o autor de Principles of Political Economy (1885) onde marcam presença as metáforas mecanicistas (Porter, Theodore M., 1994, p.153). A sua tese Mathematical Investigation in the Theory of Value and Prices (1892) constitui um notável desenvolvimento da teoria de Walras (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p.172), cujo paradigma adota, combinando a teorização, e os seus profundos conhecimentos em matemática e física, com a investigação empírica e estatística (Tobin, James, 1996, p. 690).

O modelo de Fisher, tipo supply-side, evidencia a analogia entre a termodinâmica e o sistema económico e estrutura-se numa conceção hidráulico-mecanicista (Tobin, James, 1996, p. 711).

Chamado o primeiro economista - matemático da América, recorre à estatística e à econometria, para consolidar as bases das equações sobre investimento e poupança, indispensáveis aos modelos macroeconómicos atuais (Tobin, James, 1996, pp. 690 a 700). Com Ragnar Frish, “*pai da econometria*” e precursor do modelo keynesiano (Neves, César das, 1998, p. 26), funda, em 1930, a Sociedade Econométrica e torna-se o seu primeiro presidente (Tobin, James, 1996, p. 699).

Considerado o maior perito de todos os tempos em números índices opta, em 1911, pelo índice de Paasche. Utiliza os números índices em cadeia e cerca de 1920 constrói o índice, que considera ideal, ou seja, a média geométrica dos índices de Laspeyres e de Paasche (Tobin, James, 1996, p. 713). Esse índice é conhecido como índice de Fisher.

Reconhecido por Schumpeter, como o maior economista americano, consolida, na sua obra Nature of Capital and Income (1906), as bases da moderna análise do rendimento, ao mesmo tempo que apresenta a primeira teoria económica da Contabilidade (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, pp. 144 e 173), estruturando, assim, os pilares da atual Contabilidade Nacional (Tobin, James, 1996, pp. 699 e 700).

A referida obra de Fisher trata o rendimento como um fluxo e a riqueza como um stock; clarifica os conceitos, contribuindo decisivamente para um aperfeiçoamento da teoria económica; insiste em definições empíricas de rendimento, produção e riqueza; contribui, de forma notável, para a futura construção de Contas do Rendimento Nacional e de Produção, através da utilização da Conta de

⁵ Newcomb (1835-1909) é uma importante personalidade da Astronomia americana (Tobin, James, 1996, p.690).

Rendimento para o total do país; e, finalmente, esboça, através do seu estudo sobre a riqueza, um balanço consolidado para a economia nacional (Copeland, Morris A., 1950, p. 2). Este pioneiro dos sistemas de Contabilidade Nacional (Allen, Robert C., cit in Kenessey, Zoltan, 1994, p. 118) influenciou Copeland, nos E.U.A., e outros, nomeadamente na Suécia.

O respeito de Fisher pela metodologia contabilística está patente na consideração de que o estudo do rendimento não teria qualquer dificuldade de aprendizagem para quem entendesse a “*arte de debitar e creditar*” (Fisher, cit in Kenessey, Zoltan, 1994, p. 118). Considera importante alargar o tratamento contabilístico dos agentes individuais e empresas à sociedade, como um todo. A sua fé inabalável na metodologia digráfica aflora no procedimento de envolver o capital e o rendimento num sistema contabilístico (Kenessey, Zoltan, 1994, p.117).

A obra de Fisher, se menos dispersa, talvez pudesse ter dado nascimento a um “*Keynes americano*” (Tobin, James, 1996, p. 718).

Pode afirmar-se que a visão do sistema económico como um mecanismo que se auto equilibra triunfa, principalmente, nos meios académicos do Reino Unido e dos E.U.A. (Porter, Theodore M., 1994, p. 153). A sua divulgação é mais difícil na Alemanha: a Escola Histórica acolhe uma conceção organicista, holística e anti-liberal, ao mesmo tempo que contrapõe os estudos factuais, empíricos e estatísticos aos dogmas “*dos liberais de Manchester e aos socialistas revolucionários*” (Porter, Theodore M., 1994, p.133).

Em França, a teoria de Walras não resiste aos engenheiros da Escola Politécnica, que defendem a estatística como forma de “*afastar os economistas das suas abstrações*” (Porter, Theodore M., 1994, p.144).

Alfred Marshall afirma-se com uma visão singular: ao defender que a Economia se distancia das Ciências Físicas e se aproxima das Ciências da Vida, denuncia a sua preferência pela metáfora biológica, em prejuízo da mecânica, que não rejeita completamente (Marshall, cit in Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 114).

Para Marshall “*a Economia deve estar mais próxima da Biologia que da Física*”, privilegiando a utilização da estatística e a construção e análise de gráficos, reveladores da realidade económica (Porter, Theodore M., 1994, p. 157). A utilização da metáfora biológica, na obra *Principles of Economics*⁶, mostra-se apta para o desenvolvimento de uma abordagem dinâmica. Considera o crescimento económico em interação com a evolução das empresas, utilizando a célebre imagem da “*árvore na floresta*” (Limoges, Camile and Ménard Claude, 1994, pp.338 e 339). A sua conceção de sociedade como complexo organismo em evolução, dotado de organização, pretende compatibilizar a conceção biológica de empresa com a conceção neoclássica de mercado.

⁶ Marshall dedica o Capítulo IV do Livro II e todo o Livro VI desta obra ao estudo do rendimento ou dividendo nacional (Guerreiro, Amaro D., 1955, p.18).

A aversão de Marshall à abstração pura, a enorme preocupação com os problemas práticos (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p. 299) e a antecipação de problemas económicos futuros, fazem dele um autêntico precursor de uma nova visão – a organicista.

Contudo, seduzido pela imagem mecanicista de mercado, não consegue adotar plenamente a ontologia organicista. A sua atitude crítica face ao raciocínio dominante permite-lhe vislumbrar as interações organismo - ambiente e descrever o desenvolvimento económico como “*orgânico*” (Hodgson, Geoffrey, 1997, p.107 a 111).

Um braço de ferro se ergue! De um lado a economia matemática, a dedução, a aproximação à física não experimental; de outro uma economia mais empírica, mais indutiva, mais histórica, apoiada na estatística e na observação e, portanto, mais próxima da realidade e da Contabilidade Nacional.

As circunstâncias históricas vão permitindo a génese de uma metodologia científica que pretende compatibilizar a economia pura, a economia aplicada e a Contabilidade Nacional, como parece já se vislumbrar em alguns dos economistas referidos, como é o caso de Fisher, que desvenda o caminho para o institucionalismo.

2.3. DESENVOLVIMENTO DA METÁFORA ORGANICISTA

A. NO CONTEXTO DE UMA PRIMEIRA REVOLUÇÃO: O FECHO DA FASE PRÉ – ESTATÍSTICA

As teorias do crescimento económico, votadas ao esquecimento desde o tempo dos economistas clássicos, aparecem, com renovado ímpeto, num enquadramento de violentos conflitos que, ao mesmo tempo, geram e são consequência de mudanças nas posições relativas dos países envolvidos (Kuznets, Simon, 1952, p. 10).

É nesse contexto, marcado por situações, cada vez mais complexas, enfrentadas pelos vários países, que se exige a informação empírica e se começa a repudiar a herança da “*mão invisível*”; reflexões que envolvem a crise das teorias tradicionais justificam novas orientações, nomeadamente uma mais cuidada observação da realidade e um enfoque centrado no longo prazo.

Para dar resposta a essa linha empirista, Simon Kuznets defende o conhecimento da estrutura anatómica de uma Nação, através de agregados que possam medir a “*atividade global, a sua distribuição entre as várias indústrias, grupos económicos ou sociais ou tipos de organização, ou tipos de uso*” (Kuznets, Simon, 1952, p.12).

Não esquecendo a teoria económica, a história ou mesmo a sua filosofia, a medida estatística e a posterior análise dos agregados pode tornar-se indispensável, segundo Kuznets, para nos dar o perfil de factos passados, apresentando-se a sua complementaridade como indispensável para um melhor entendimento da organização económico-social (Kuznets, Simon, 1952, pp. 18 a 20).

Os cálculos do Rendimento Nacional e da Riqueza - e seus componentes -, são indispensáveis, segundo Kuznets, para o conhecimento, testável, do crescimento económico.

A construção de uma autêntica “*teoria da produção da informação social*” (Kuznets, Simon, 1958, p. XI) é um trabalho custoso, e sempre renovado, numa tentativa, cada vez mais aperfeiçoada, de elaborar correspondências empíricas para os vários conceitos económicos.

A imensa tarefa, ao serviço da informação, envolve não apenas colocar “*carne no esqueleto teórico*” mas também um estudo das relações estruturais (entre os vários ossos) e do seu tamanho e consistência, ao longo do tempo (Kuznets, Simon, 1958, p. XII).

Essa complexa tarefa envolve um conhecimento profundo da estrutura dos vários conceitos, que vão apoiar a análise económica, da natureza dos dados, das instituições sociais do país, que refletem esses dados, e dos respetivos enquadramentos históricos.

A tarefa de preencher o *gap* entre os dados observados e a análise económica, segundo Kuznets, nunca está terminada, exigindo sucessivas revisões e mudanças (Kuznets, Simon, 1958, p. XIII), no sentido de uma melhoria da qualidade da produção da informação.

Kuznets, em 1937, publica o seu National Income and Capital Formation (19-35) – a Preliminary Report que, segundo ele, pretende responder a questões que envolvem os seguintes aspetos: o conhecimento do produto da atividade económica de uma Nação, o acompanhamento da sua evolução desde a Guerra, a distribuição do seu equivalente monetário e, finalmente, a sua utilização (Kuznets, Simon, 1937, p.1).

O autor do National Income pretende acompanhar o output do sistema económico em funcionamento para obter uma imagem reveladora da “*vena económica*” dos E.U.A., na época 1919-35 (Kuznets, Simon, 1937, p.2).

As várias tabelas e gráficos são reveladoras de uma crença na possibilidade de conhecer o sistema através da informação proporcionada pelos agregados e sua evolução ao longo do tempo.

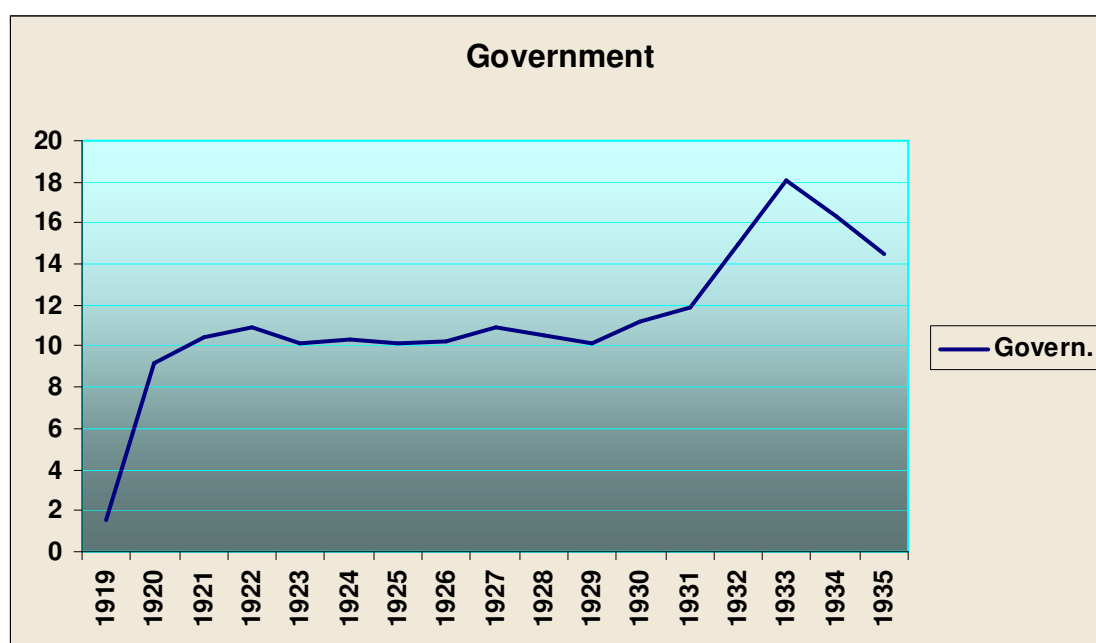
Os agregados mais significativos, usados nessas tabelas, calculados em volume e (ou) em percentagem, a preços correntes e a preços de 1929 são:

- Produto Nacional Bruto e Produto Nacional Líquido ou Rendimento Nacional;
- Distribuição do Produto Nacional Bruto por ramos produtivos;
- Distribuição do Rendimento de acordo com os ramos produtivos;
- Distribuição do Produto Nacional Bruto e do Rendimento Nacional, em despesas em bens de consumo e outras;
- Distribuição do Produto Nacional Bruto e do Rendimento Nacional de acordo com as classes de rendimento;
- Mudanças na distribuição de rendimentos entre trabalhadores, empresários e proprietários das terras;
- Formação Bruta de Capital, por tipo de uso;
- Formação Bruta de Capital e Consumo, como percentagem do Produto Nacional Bruto;

- Formação Líquida de Capital;
- Distribuição do Rendimento Nacional entre Formação Líquida de Capital e Consumo;
- Composição do Consumo, em bens duráveis, semi duráveis e serviços.

Na referida obra de Kuznets, na última tabela, a número dezassete, são calculados valores médios de agregados significativos como: Produto Nacional Bruto, Rendimento Nacional, Rendimento Nacional por sectores e classes de rendimento, Poupança bruta das empresas, Produção de Bens de Capital e de Consumo, Rendimento Nacional e sua aplicação em Formação Líquida de Capital e Consumo, composição da Formação Bruta de Capital e composição do Consumo (Kuznets, Simon, 1937, pp. 3 a 59). A importância crescente do sector Governo, evidenciada pelos agregados estudados, em 1919-1935 (ver Gráfico 1), merece-lhe um estudo em que realça o produto do Governo, como componente do Rendimento Nacional (Kuznets, Simon, 1951, p. 178).

Gráfico 1
Distribution of National Income According to Industrial Origin
(1919-1935)
Millions of dollars (Percentage distribution)



Fonte: Simon, Kuznets, 1937, p. 17

O Produto Líquido, considera, pode estar próximo da expressão do “*Social Welfare*”, já que a finalidade da atividade económica é satisfazer necessidades (Kuznets, 1951, pp. 179 e 180); a produção do Governo faz parte da produção do país, uma vez que contribui para o bem estar; o mesmo critério, o do bem estar, é aquele que permite classificar os bens em finais e intermédios (Kuznets, Simon, 1951, pp. 181 a 183); e as despesas do Governo com a guerra, uma vez que ao serviço de uma tentativa de conquista do bem estar, deveriam, também, de acordo com sua forma de pensar, ser incluídas no Rendimento Nacional.

A preservação do bem estar e da estrutura social constituem as duas finalidades básicas da atividade económica para as quais o Governo deve contribuir. As várias atividades do governo são classificadas em serviços aos consumidores, às empresas, à sociedade em geral, adição ao stock de capital, ou atividades que resultam de todas as anteriores (Kuznets, Simon, 1951, pp. 180 e 202).

Assim, se vão estruturando, pela mão hábil de Kuznets, os conceitos indispensáveis a uma profícua linguagem - a da Contabilidade Nacional.

O volume e a qualidade da sua obra fazem dela uma referência e um estímulo para o cálculo de agregados, um pouco por todo o mundo (Bos, Frits, 1992, p. 9).

Kuznets mostra-se pioneiro dos conceitos e das técnicas estatísticas que usa para efeitos de análise. As séries estatísticas que constrói, para os vários países, tornam possível a descrição da dinâmica do crescimento económico (Neves, César das, 1998, p. 40).

Simon Kuznets, nos E.U.A., intitulado pai da moderna “ national income and product accounting” (Eisner, Robert, 1988, pág. 1612) e Colin Clark, no Reino Unido, empreendem a primeira revolução, aquela que se desenvolve com a medida do Rendimento Nacional, ou seja, com a medida de qualquer um dos agregados, Rendimento, Produto e Despesa -, que assume importância mesmo antes da General Theory de Keynes (Patinkin, Don, 1976, p.1093).

A expressão revolução justifica-se por várias razões, entre as quais podemos referir: uma sistemática clarificação de questões metodológicas envolvidas nos cálculos de grandezas básicas, tais como o Rendimento Nacional Líquido, o valor da produção do Governo, o Investimento Bruto, o Investimento Líquido, etc; a variedade e o detalhe das estimativas é cada vez maior e a qualidade da informação produzida é cada vez melhor; e, sucessivamente, as várias estimativas - bastante mais cedo nos E.U.A. que no Reino Unido - deixam de ser elaboradas por infatigáveis estudiosos, para serem organizadas por instituições oficiais, comandadas pelos diversos governos (Patinkin, Don, 1976, p.1104).

Colin Clark queixa-se do estado das estatísticas oficiais britânicas (Bos, Frits, 1992, p. 9) e a sua obra tem difícil repercussão (apenas uma década depois) nos cálculos oficiais do Rendimento Nacional do Reino Unido (Patinkin, Don, 1976, p. 1091). A sua obra National Income and Outlay (1937), que expõe as finalidades para o cálculo do Rendimento Nacional e especifica os seus componentes, contribui, de forma significativa, para o uso de preços constantes, facto que vai ter repercussões posteriores, nomeadamente na Holanda, em 1948 (Bos, Frits, 1992, p. 9).

A referida obra de Clark, constitui, também, um importante suporte informativo de Richard Stone que, em colaboração com W.M. Stone, calcula a propensão marginal para consumir britânica (Patinkin, Don, 1976, p. 1102) chegando ao valor 0,52 (*The marginal Propensity to Consume and the Multiplier*, 1938, in Review of Economic Studies cit in Neves, César das, 1998, p. 96).

A repercussão dos cálculos estatísticos e sucessiva integração em quadros informativos de política económica com finalidades de crescimento económico, bem estar e distribuição de rendimentos, não é idêntica nos E.U.A. e no Reino Unido.

Podemos observar dois períodos distintos: no fim da Primeira Guerra, os E.U.A. aparecem como exemplo, relativamente ao Reino Unido e, mesmo, ao Mundo; no fim da Segunda Guerra, o exemplo vem do Reino Unido sob a liderança de Keynes, Stone e Meade.

Que fatores podem explicar a travagem levantada à oficialização da estatística desbravada por Clark, em comparação com a boa aceitação da obra de Kuznets nos E.U.A. ?

Uma primeira explicação vem do maior interesse pela economia empírica, nos E.U.A., nas primeiras décadas do nosso século. Isto pode, em parte, ser explicado pela corrente institucionalista que se impõe, nesse país, em contraste com a sua muito menor aceitação no Reino Unido (Patinkin, Don, 1976, p.1116). Segundo Hodgson, o institucionalismo atingiu um nível elevado nos E.U.A, enquanto no Reino Unido nunca chegou a afirmar-se.

Wesley Mitchell, orientador da tese de doutoramento de Simon Kuznets – o Nobel de 1971 - (Neves, César das, 1998, p. 40) torna-se o primeiro diretor do Research Staff do National Bureau of Economic Research, grupo que, durante alguns anos, contou com a presença do seu discípulo. Mitchell, crítico dos neoclássicos, que considerava afastados da prática económica, mostra-se adepto da estatística social, que, segundo ele, permite um autêntico laboratório para a economia (Porter, Theodore M., 1994, p. 158).

Se nos lembrarmos que a corrente neoclássica, liderada nos E.U.A. por John Bates Clark e Fisher, se aproxima de Keynes e da investigação empírica, compreendemos que fica aberto o caminho para a aceitação do institucionalismo nesse país.

A forte implantação, no Reino Unido, de um pensamento neoclássico, mais ortodoxo, cria resistências à quantificação e adia, por mais alguns anos, a oficialização das estatísticas - atitude que se mantém até à Segunda Grande Guerra.

As estatísticas dominam o espaço de investigação de alguns teóricos resistentes, como Colin Clark, que, fazendo investigação por conta própria e utilizando recursos próprios, critica a falta de apoios governamentais *“a uma ciência tão importante para o ser humano como todas as outras juntas”*, numa clara alusão ao Britain’s Industrial Future (1928), o chamado “Yellow Book”, do partido liberal que interroga:

“Como pode a ciência económica tornar-se uma verdadeira ciência capaz de beneficiar o ser humano, tanto quanto as outras ciências juntas, se o economista, ao contrário de outros cientistas tem de atuar por tentativas e “adivinhar” os dados relevantes para as experiências?”(Winch, Donald, cit in Patinkin, Don, 1976, p.1108).

A escola institucionalista atinge, nos E.U.A, entre as duas Guerras, o seu auge e perfila-se como a principal escola de pensamento (Foster, John, 1991, p. 207) apostada em realçar a utilidade da informação estatística e macro económica e respetiva análise.

Vejamos:

O problema central é a organização e o controlo do sistema económico. As relações de poder, e não o mecanismo de mercado, são a força que comanda o sistema. Assim, a estrutura organizativa da economia constitui-se em malha explicativa da distribuição dos recursos e do rendimento.

O estudo e análise do papel do governo, como instituição pivot, são indispensáveis para o pleno entendimento do sistema.

Os conceitos de equilíbrio estático e ótimo da análise neoclássica são rejeitados a favor de uma notável ênfase na dinâmica da mudança estrutural.

O formalismo matemático é trocado pela valorização da informação, da estatística e dos estudos econométricos.

A natureza holística, organicista e evolucionista da abordagem institucionalista implica a utilização de agregados, ao serviço do empirismo e da investigação indutiva, para a consecução de uma melhor política económica (Foster, John, 1991, pp. 211 a 216).

A valorização da variedade institucional e da complexidade, numa visão dinâmica, estrutural e interdisciplinar, vai desenvolver um sistema de informação cada vez mais rico e complexo.

As vozes de protesto, contra o afastamento das instituições oficiais relativamente à informação estatística, ouvem-se até à Segunda Grande Guerra, cujo contexto força o governo britânico a assumir as suas funções em tão importante empreendimento.

A revolução estatístico - económica que, finalmente, permite a divulgação das estatísticas oficiais sobre o Rendimento Nacional, nos E.U.A. e no Reino Unido, surge como uma *“melhoria tecnológica”* impulsionada pelas duas Guerras Mundiais – pela Primeira, nos E.U.A., e pela Segunda, no Reino Unido (Patinkin, Don, 1976, p.1109).

A Primeira Guerra desencadeia mudanças importantes, com realce para o desenvolvimento de novos equilíbrios de forças na política económica dos vários Estados, que promovem o nascimento de uma nova Economia Política, após 1918 (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p.503).

A Ciência Económica volta-se para um conhecimento cada vez mais profundo dos factos, através de uma reforçada aliança com a informação estatística, e enriquece o seu material e métodos (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p. 504).

O esforço empreendido, desde os primeiros economistas, no sentido de construir agregados suficientemente informadores da realidade económica, começa a dar os seus frutos.

Desenvolve-se a análise macro económica ou a “*macro análise*”, na expressão de Ragnar Frisch (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, p. 507) o “*pai da econometria*”, cujos estudos, numa antecipação do modelo keynesiano, aparecem enriquecidos com os conceitos de equilíbrio, desequilíbrio e ciclo económico. A criação da Econometria, numa “*combinação brilhante e equilibrada do rigor matemático com os dados da observação concreta*”, conquista-lhe o galardão máximo da Economia – o Prémio Nobel (Neves, César das, 1998, p. 26).

Esta primeira revolução, extremamente importante para a ciência económica e para a formação da linguagem emergente, desencadeou o encerramento da chamada fase pré estatística da Contabilidade Nacional, que começara no século XVIII e que termina nos inícios do século XX (Copeland, Morris, 1957, p. 20 e 21).

B. SOB O SIGNO DE UMA NOVA REVOLUÇÃO

O grande interesse de Keynes pela estatística é manifesto e foi, indubitavelmente, estimulado por Kuznets e Clark, cujas obras fornecem a “*ferramenta estatística*” indispensável ao seu Treatise on Money e, ainda mais, à sua General Theory.

Em How to Pay for the War (1940) Keynes utiliza as estimativas do Rendimento Nacional e Despesa, num esforço de aplicação da teoria económica na resolução dos problemas da época. Essa obra exprime, através dos agregados apresentados, uma estrutura contabilística em cinco Contas: Conta Produção Agregada; Conta da Formação do Rendimento; Conta do Rendimento e Despesa para o Sector Privado; Conta Rendimento e Despesa para o Governo; e Conta da Formação de Capital Agregada (Kurabayashi, Yoshimasa, 1994, p. 96).

O autor da Teoria Geral incentiva a regular publicação das estimativas oficiais, do Rendimento Nacional e Despesa do Reino Unido.

A criação do Department of Applied Economics, em Cambridge, depois da Segunda Guerra, pode ser atribuído à sua profunda convicção de que “*o conhecimento quantitativo, devidamente relacionado com a teoria económica, pode ser da maior utilidade em assuntos de política económica*” (Stone, Richard, 1954, p. XXXVII).

Aliás, Keynes, guia da opinião pública e conselheiro do Reino Unido, torna-se especialista em análise económica, que, segundo ele, deve ser precedida de visão factual adaptada, deixando uma marca indelével na História da Ciência Económica (Schumpeter, Joseph A., 1983, vol. III, pp. 542 e 544).

O pensamento de Keynes traça uma rutura epistemológica que o afasta, de forma evidente, dos modelos de equilíbrio auto-regulador da escola neoclássica. E, apesar do seu pensamento liberal, entrega um papel essencial ao governo, através da uma política económica corretora das “*falhas de mercado*”.

A General Theory assinala uma reconhecida viragem na teoria e na evolução da política económica: faz renascer a convicção de que o setor público, pela sua crescente importância, deve ser gerido para permitir um maior Bem-Estar (Sweezy, Alan, 1972, pp. 120 a 123).

Keynes salva a economia de uma “*cegueira metodológica*”: o indivíduo que toma decisões deixa de aparecer isolado para se situar “*num universo temporal, orgânico e interdependente*” (Rotheim, Roy, J., 1989/90, p.325).

A visão atomista, que permanecia no cerne da teoria do equilíbrio geral e rejeitava a abordagem organicista dos fenómenos sociais, começa a perder resistências perante os novos desenvolvimentos concetuais da biologia do pós-guerra e a consequente queda da visão mecanicista, herdada da física clássica (Hodgson, Geoffrey, 1997, pp. 256 a 266).

O individualismo de Keynes é orgânico, isto é, a natureza do indivíduo deixa-se moldar, em interação com o todo, pelo contexto social envolvente (Rotheim, Roy, J. 1989/90, pp. 322 e 323).

Keynes esteve sujeito à influência de Whitehead, em Cambridge, na primeira década do século XX, sendo natural que a relação pessoal e intelectual de ambos ajudasse a conceber a visão organicista expressa na Teoria Geral (Hodgson, Geoffrey, 1997, p.12).

Whitehead, que influencia alguns pioneiros da teoria dos sistemas, acusa violentamente a epistemologia cartesiana de provocar cegueira científica. O seu pensamento recusa a visão mecanicista e acolhe uma filosofia organicista, que lhe permite oferecer uma alternativa ao empirismo e ao racionalismo (Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 14 a 16).

A filosofia organicista, que a obra de Keynes reflete e aprofunda, enaltece as interrelações entre os indivíduos, ao mesmo tempo que cada individualidade é, em si mesma, um fenómeno social (Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 12).

Hobson, um dos poucos ingleses que se pode denominar institucionalista, defensor das teorias apoiadas em agregados, devidamente sedimentadas em base institucional, troca algumas ideias com Veblen e Keynes e afirma que “*uma unidade ou um todo organizado, não pode ser corretamente explicado através da análise das suas partes constituintes: a sua totalidade é um novo produto com atributos que não são detetáveis nas suas partes, embora, em certo sentido, resultem delas*” (Hobson, J.A., cit in Hodgson, Geoffrey, 1997, p.13).

A visão organicista, indispensável ao institucionalismo, observa o todo, mas não esquece, como o holismo, o funcionamento das partes constituintes, indispensável à observação das instituições, como unidades de análise.

Tradicionalmente ligado ao organicismo, o institucionalismo desenvolve a conceituação e a medida de agregados económicos, e ajuda a estruturar o pensamento Keynesiano. “*A macroeconomia Keynesiana teve, no seu nascimento, o institucionalismo como parteira*” (Hodgson, Geoffrey, 1997, p. 283).

Pode afirmar-se, com Hodgson (1997, p. 283), que o desenvolvimento da Contabilidade Nacional, apoiado por Mitchell, permitiu uma aproximação do institucionalismo e do Keynesianismo.

A revolta de Keynes contra o excessivo aparato matemático de alguns teóricos, nomeadamente Tinbergen, está expressa no perigo, que assinala, de fazer perder de vista as “*complexidades e interdependências do mundo real*”, afogadas numa rede de símbolos inúteis e pretensiosos (Keynes, J.M., cit in Patinkin, Don, 1976, p. 1093).

Parece-me visível que as expressões complexidade e interdependência traduzem uma aproximação ao paradigma sistémico.

Keynes - que pela mão de Ragnar Frisch se torna presidente da Econometric Society, em 1944 - não esquece a matemática e a estatística, embora se oponha aos excessos da econometria do seu tempo, que apenas defende como aplicação à análise empírica (Patinkin, Don, 1976, p. 1092). Na mesma linha de pensamento, distancia-se do exagero físico/matemático e acusa Tinbergen de praticar alquimia estatística (Keynes, J.M., cit in Patinkin, Don, 1976, p. 1096).

Efetivamente, o académico holandês, licenciado (1926) e doutorado (1929) em Física, ergue uma obra, que se torna importante, no seu país do pós II Guerra, e constitui um exemplo notável para outros países, no domínio do planeamento, que pratica como profissional do Departamento Central de Estatística da Holanda e Diretor do Departamento de Planeamento Central, em Haia de 45 a 55 (Neves, César das, 1998, pp. 31 e 32).

A preocupação de Keynes com a necessária integração da análise teórica, e dos valores apresentados estatisticamente pelo mundo real aparece nas críticas que exhibe às estatísticas de Kuznets - afinal parece que tudo teria sido um mal entendido - relativas à depreciação para cálculo da formação líquida de capital (Patinkin, Don, 1976, p.1098). O objetivo de Keynes era calcular, com apoio estatístico, a propensão marginal para consumir e o multiplicador para os E.U.A., em 1925-1933, através do indispensável apoio das séries estatísticas.

O seu apego ao rigor leva-o a desconfiar das estimativas inglesas, nomeadamente daquelas que são calculadas por Colin Clark que, apesar disso, propicia os cálculos da propensão marginal para consumir, do Reino Unido, a Richard Stone (Patinkin, Don, 1976, p.1102).

Keynes, hábil em calcular valores para variáveis fundamentais, desconfia das estatísticas, que não possam ser calculadas regular e oficialmente. De facto, a sua obra *How to Pay for the War* (1940) mostra um economista insatisfeito com as estatísticas que lhe tinham servido de suporte: acusa o governo de “*obscurantista*”, por não fazer esforços no sentido de desenvolver uma informação estatística, “*aquela que só*

um governo pode colher”, limitando-se a descansar sobre os números de Colin Clark, proporcionados, fundamentalmente, pela obra *National Income and Outlay*, que obrigam em várias situações, a uma *“ousada adivinhação”* (Keynes, cit in Patinkin, Don, 1976, p. 1121).

Se Adam Smith desconfiava da Aritmética Política, motivado pela sua fé inabalável na *“mão invisível”*, Keynes desconfia das estatísticas do seu tempo, aguardando a informação transmitida pelos organismos oficiais, dada a sua grande fé na *“mão visível do Governo”*.

A aparição da *General Theory* de Keynes, com a sua análise revolucionária da determinação do nível de equilíbrio, através da procura agregada, em consumo e investimento, dá um novo ímpeto ao cálculo de agregados. Os novos cálculos, sob a forma de $Y = C + I + G$, saem do núcleo duro da economia keynesiana e entram na prática do cálculo estatístico e, mais tarde, na linguagem das Contas Nacionais. A teoria económica avizinha-se da resolução dos grandes problemas da época provocados pela Grande Depressão e acentuados pela II Guerra.

As teorias pre-keynesianas do ciclo económico, que colocam o investimento sob observação, causam efeito na avaliação estatística dessa variável; as estimativas permitem, por sua vez, o suporte da revolução teórica em curso, que, por sua vez, encoraja novas estimativas conducentes a posteriores correções nos apuramentos estatísticos; e assim sucessivamente (Patinkin, Don, 1976, pp. 1110 e 1111), numa tentativa constante de anular o gap de afastamento entre os conceitos teóricos e prática intervencionista.

No pós-guerra, surgem aperfeiçoamentos das funções consumo e investimento e o trabalho de Leontief é dinamizado pelas estimativas sobre o Rendimento Nacional do National Bureau of Economic Research (Patinkin, Don, 1976, pp. 1110 e 1111).

Wassily W. Leontief chega aos E.U.A., em 1931, onde desenvolve uma atividade diversificada: trabalha no National Bureau of Economic Research, torna-se professor em Harvard e preside ao Harvard Economic Research Project; em 1970 é presidente da American Economic Association e, em 1975, dirige o Institute for Economic Analysis (Neves, César das, 1998, p. 51).

O economista russo faz reviver Walras ao apoiar os seus estudos no sistema de equações. A sua forma de utilizar a matemática e a economia apenas se torna possível no pós II Guerra, com os desenvolvimentos havidos na recolha e tratamento dos dados estatísticos.

O Quadro de trocas inter industriais aparece na prática da estatística, com Leontief.

Este quadro de interrelações, surpreendidas no seio do sistema produtivo, permite o cálculo, sob algumas hipóteses, dos efeitos sobre a produção de cada bem, em resultado da variação ocorrida na procura (Hamaide, André et al, 1981, p.599).

Convém lembrar que o quadro input/output de Leontief, e outros análogos, produzidos noutros países, aparecem construídos independentemente das Contas elaboradas. O exemplo francês de interligar o quadro input/output com a estrutura das Contas, fazendo-o um elemento central nos cálculos (Hamaide,

André et al, 1981, p. 599), é notável, e constitui um exemplo seguido, com sucesso, no System of National Accounts de 93 e no European System of Accounts de 95.

A preocupação de Leontief era, tal como a de Keynes, uma aproximação à realidade, que aquele pretendia corrigir e planificar.

A necessária aproximação e combinação de factos e teorias, defendida por Leontief fica bem expressa quando afirma que: *“há demasiada teoria, com pouco ou nenhum suporte factual, e demasiados factos que não podem ser relacionados com qualquer teoria”* (Wassily, Leontief and others, cit in Stone, Richard, 1954, p. XXV).

Assim se vai construindo, através de uma fértil interação entre teoria e medida, o progresso da Ciência Económica e se vai formando uma linguagem – a da Contabilidade Nacional.

Malinvaud reconhece que o progresso da macroeconomia, como disciplina empírica e ciência da observação, deve ser apoiado pela acumulação e diversificação de dados, numa base fiável e objetiva de estatísticas e Contas Nacionais (Malinvaud, Edmond, 1989, pp. 206 e 222).

O novo paradigma, o organicista, expresso no pensamento keynesiano, rejeita o mercado - e a sua lei, a de Say - como mecanismo informador; procura o pleno emprego, através de uma adequada gestão da procura, e aconselha uma política económica praticada por um governo informado.

Essa informação passa, evidentemente, por uma estatística ao serviço da construção de macro agregados, teoricamente definidos, clarificados e interrelacionados num sistema de Contabilidade Nacional.

Os arquitetos desse sistema de informação, dessa nova linguagem económica, ao serviço da política económica dos vários países, são Meade e Stone.

James Edward Meade acompanha, desde muito jovem, as ideias de Keynes procurando o seu desenvolvimento. Após a publicação da Teoria Geral, escreve um manual que pretende integrar as ideias do seu mestre (Neves, César das, 1998, p. 73).

Richard Stone, admirador de Keynes, alcança o Prémio Nobel, no domínio da Contabilidade Nacional. A “Lição Nobel” proferida em 1984, intitulou-se “The Accounts of Society”(Neves, César das, 1998, pp. 95 e 96).

Stone, tal como Marshall e Keynes, defende uma ciência apoiada em factos e numa combinação adequada de factos e teorias, de forma a permitir o pleno desenvolvimento da Economia como ciência (Stone, Richard, 1954, pp. XXV e XXVII).

O Nobel de 1984, considerando importantes os esforços empreendidos, no Reino Unido, para uma informação oficial, cada vez melhor, cita o Report of the Interdepartmental Committee on Social and Economic Research, publicado em 1948, que atesta, nas pág. 9 e 10: *“É um dever do departamento para com a sociedade, do qual ele é um agente institucional, tornar disponível, pelo menos para fins científicos, o máximo possível de*

informação que possua. Na nossa opinião deve ser primordial a publicação, ou tornar acessível toda a informação de utilidade social, a não ser que haja uma boa razão para o contrário “ (Stone, Richard, 1954, pp. XXV e XXVII).

Como se vê, existia no Reino Unido uma aguda consciência social do dever de informar para fins científicos e de utilidade social.

O alargamento da atividade do governo do Reino Unido, principalmente a partir da II Guerra, em resultado do contexto histórico iluminado pelas ideias de brilhantes economistas, como Keynes e seus seguidores, é acompanhado por um crescente caudal de informação estatística e pela canalização de energias orientadas para aproximar valores empíricos e conceitos económicos, devidamente articulados numa nova linguagem (Stone, Richard, 1954, pp. XXXV e XXXVI), cada vez mais aceite pela comunidade científica e pelos políticos – a da Contabilidade Nacional.

O governo e as instituições do Reino Unido trabalham no sentido de valorizar a recolha estatística e a prática da Contabilidade Nacional. O Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Cambridge, estruturado com base na forte convicção de poder aliar o conhecimento quantitativo e a teoria económica, visando uma política económica mais informada, ergue-se como bandeira da Economia Aplicada e constitui-se no apoio institucional, que conduzirá ao futuro progresso da Econometria e da Contabilidade Nacional, no Reino Unido e em todo o Mundo.

O White Paper, (An Analysis of the Sources of War Finance and an Estimate of the National Income and Expenditure, in 1938 e 1940), surgido em 7 de Abril de 1941, da colaboração de Meade e Stone, vai constituir uma referência para todos os estudos que se irão desenvolver no domínio da Contabilidade Nacional.

Meade começa a trabalhar o projeto e, mais tarde, é acompanhado por Stone, que se torna responsável por organizar e aperfeiçoar as estatísticas necessárias para finalizar o grande trabalho que iria contribuir para revolucionar a política económica (Kurabayashi, Yoshimasa, 1994, p. 99).

Mais tarde, mas ainda em 1941, o trabalho de ambos aparece no Economic Journal, sob o título “The Construction of Table of National Income, Expenditure, Saving and Investment”, evidenciando a estrutura contabilística do White Paper (Kurabayashi, Yoshimasa, 1994, p. 100).

A referida estrutura contabilística assenta em cinco tabelas: a tabela A envolve a produção, distribuição e despesa do Produto Nacional Líquido a custo de factores; a tabela B indica a formação, distribuição e utilização do rendimento pessoal; a tabela C apresenta as origens e aplicações da poupança total; a tabela D evidencia as transações internacionais entre a economia nacional e o resto do mundo; finalmente, a tabela E reduz-se à Conta de Produção Agregada, construída a preços de mercado (Kurabayashi, Yoshimasa, 1994, p. 100).

A Contabilidade Nacional começa a ser considerada como um sistema de informação essencial para a política económica e para a planificação, não só no Reino Unido, como noutros países.

O vasto plano de recuperação da Europa do pós-II Grande Guerra, conduzido pela O.E.C.E.⁷, com a ajuda do Plano Marshall, cuja gestão comporta cinco objetivos – ajuda, produção e produtividade, estabilidade financeira internacional, expansão das trocas e desenvolvimento da cooperação económica europeia (Barbezat, Daniel, 1997, pp. 35 e 36), contribui, decisivamente, para o aparecimento dos sistemas internacionais de Contabilidade.

Estava desbravado o caminho para a evolução, a que temos vindo a assistir, dos Sistemas Internacionais de Contabilidade Nacional.

3. A CONSOLIDAÇÃO DA CONTABILIDADE NACIONAL COMO LINGUAGEM UNIVERSAL

A denominada “*segunda geração de sistemas*”, liderada por Stone e apoiada por vários peritos internacionais, não tardará a nascer. A O.C.D.E. publica o Standardised System of National Accounts, em 1952; as Nações Unidas, o System of National Accounts, em 1953, cuja base institucional – empresas, famílias, instituições sem fins lucrativos e governo –, representa um largo avanço, em relação à versão apresentada pelo White Paper (Kurabayashi, Yoshimasa, 1994, pp. 102 e 103).

Em 1968, mais uma vez com Stone, é criado um novo SNA. A abordagem é similar à de 1947, embora este sistema, ao pretender atingir várias finalidades de análise e de política económica, ultrapasse a visão redutora da incidência em agregados macroeconómicos.

Em 1970, a Comunidade Europeia faz nascer o seu próprio sistema - The European System of National Accounts (ESA) –, que constitui uma adaptação do SNA às condições específicas do Projeto Europeu.

O ESA₇₀ tinha por objetivo fornecer “uma linguagem económica comum indispensável aos diferentes trabalhos de análise e de projeção ligados ao exame e à orientação das políticas económicas” (Barre, Raymond, 1970, cit in Sousa, Virgínia Maria Granate Costa e, 2011, p. 22). Em comparação com os sistemas da “segunda geração”, imprime um maior rigor aos conceitos e apresenta uma informação mais detalhada nas operações de produção - através dos quadros de Entradas e Saídas - nas operações de repartição e nas operações financeiras – estas através das Contas Financeiras.

A “quarta geração”, nossa contemporânea, é constituída pelo SNA₉₃ e pelo ESA₉₅.

O SNA₉₃, criado sob a responsabilidade de cinco organizações internacionais - Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, União Europeia, OCDE e Banco Mundial –, “representa um grande avanço na Contabilidade Nacional” e ambiciona ser um guia fundamental na compilação dos seus dados; promove uma construção integrada e harmonizada das várias estatísticas económicas; e assume-se como instrumento de análise de utilização indispensável em comparações internacionais. Este sistema pretende

⁷ Esta organização, transforma-se em O.C.D.E., em 1961, altura em que se extingue a Agência Europeia de Produtividade, criada em 1953 (Boel, Bent, dirigé par Griffiths, Richard, 1997, p. 119)

dar resposta às mudanças ocorridas nos novos contextos emergentes, desde a "primeira geração", nomeadamente nos serviços, nas instituições e nos instrumentos financeiros, no ambiente, nos novos países aderentes à economia de mercado e nos países em vias de desenvolvimento (EU, IMF, OECD, UN, WB, 1996, cit in Sousa, Virgínia Maria Granate Costa e, 2011, p. 23).

Poderemos afirmar que a mudança de contexto supera a mudança no pensamento económico e, consequentemente encaminha, a evolução da Contabilidade Nacional como modelo contabilístico e linguagem?

O SNA ₉₃ é o modelo para a elaboração de sistemas por grupos de países - o que aconteceu com o European System of Accounts (ESA), aplicado à European Union.

"O Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (ESA) é um quadro contabilístico aplicável a nível internacional com o objetivo de descrever de forma sistemática e pormenorizada o total de uma economia, isto é, uma região, país ou grupo de países, seus componentes e suas relações com outras economias" (Eurostat, 1996, Cap. I, p. 1).

A sua estrutura mista é caracterizada por Contas por Sectores Institucionais e por Contas por Ramos de Atividade e por uma visão digráfica/quadrigráfica – apoiada em Contas de Fluxos e em Contas Patrimoniais

A produção, formação, distribuição, redistribuição e utilização do rendimento e, a acumulação financeira e não financeira, são descritas através de Contas por Sectores Institucionais e para todo o País.

As Contas de Património (por sectores e para o País) revelam os stocks de Ativos e Passivos e o Valor do Património Líquido (Sousa, Virgínia Maria Granate Costa e, 2011, p. 24).

O ESA ₉₅ (em harmonização com o SNA ₉₃) apresenta os fluxos que percorrem todo o circuito económico, numa estrutura de Contas articuladas, desde a produção à acumulação não financeira, construídas para os sectores residentes e para o país; comunica os fluxos financeiros, transmitidos pelas Contas Financeiras de todos os sectores residentes, do resto do mundo e do país; interliga, através das Contas do setor resto do Mundo (S2), a sua linguagem com a Balança de Pagamentos; cria Contas para registar os outros fluxos que, seja por alteração de volume, ou valor, vão influenciar a variação patrimonial; e apresenta Balanços, por sectores residentes e para o país, que interagem com as Contas de fluxos e permitem apurar o valor do património, ou riqueza (B90).

O Sistema Europeu de Contas (ESA₉₅) é, desde 99, o sistema de informação de referência para a compilação das Contas Nacionais dentro da EU e, desde 2000, o sistema para a supervisão orçamental da Europa.

Pensamos que a utilidade da Contabilidade Nacional como sistema de informação e linguagem económica mas, sobretudo, como modelo contabilístico indispensável para a governação tem sido o grande motor da sua evolução que deixa para trás a mudança de paradigma da ciência económica.

De facto, a reforma dos sistemas de informação é uma componente essencial do Stability and Growth Pact (SGP) e, principalmente a partir de 2004, os debates sobre a governação, nomeadamente sobre a governação estatística, marcam presença no novo pacto, uma vez que uma informação com baixa qualidade afeta qualquer análise económica e pode levar a opções de política económica que comprometam objetivos essenciais, tais como a sustentabilidade, o crescimento económico e o bem estar social (Sousa, Virgínia Maria Granate Costa e, 2011, p. 26).

Que sistemas de informação e que quadros contabilísticos podem contribuir para regular a diversidade/convergência de procedimentos e informar uma política económica e social que não comprometa a sustentabilidade das finanças públicas e a competitividade de uma Europa ameaçada pela crise e pelo mal estar social?

Que respostas da ciência económica para a crise?

“We really need to rethink principles of not only macroeconomics, but also other aspects of economics / .../ We clearly need a better understanding of how economics system work” (Stiglitz, Joseph, 2011, p. 28).

A compreensão do sistema económico é com toda a certeza facilitada pela linguagem e poder informativo dos atuais sistemas de Contabilidade Nacional.

Assim o comprova o SNA₂₀₀₈, que nasce num contexto de revisão do SNA₉₃ e em plena crise (EC, IMF, OECD, UN, WB, 2009) adiantando respostas para a classificação e registo de várias operações de intervenção do Estado no sistema financeiro, para a classificação de instituições “híbridas” e para a construção de vários indicadores económicos e financeiros.

As mudanças introduzidas pelo novo sistema Internacional de Contabilidade Nacional – o SNA₂₀₀₈, que dará origem ao ESA₂₀₁₀ - serão indispensáveis para uma nova forma de governação; consideremos duas alterações a fixar:

- a primeira consiste na criação de uma nova entidade – o sector público –, que permite uma melhor gestão das finanças públicas em época de crescentes riscos e profundas mudanças institucionais, nomeadamente a definição de novas relações entre o Estado e o Mercado;
- a segunda ergue o Balanço a peça informativa central da revisão do anterior sistema, o SNA₉₃, e considera-o indispensável para uma boa monitorização de todos os sectores institucionais, nomeadamente

do sector Famílias, do sector das Administrações Públicas e, do Sector Público, em geral. (Sousa, Virgínia Costa e, 2008, pp 1 a 14),

Consideramos, ainda, que as mudanças ocorridas no contexto económico e social e nas necessidades de informação - que se exige mais fiável e atempada para responder, com eficácia, aos desafios da crise económica e financeira - fazem emergir um novo Sistema Europeu de Contas – o ESA₂₀₁₀ - pleno de mudanças e apto a fortalecer a informação exigida pelo contexto de crise e respetiva intervenção reguladora.

De facto, a estrutura do ESA₂₀₁₀ mantém vários Capítulos do anterior ESA₉₅. Os quatro novos Capítulos - Capítulo 19, Contas Europeias; Capítulo 20, Contas do Sector Público; Capítulo 21, Contas de Empresas Privadas e CN; e Capítulo 22, Contas Satélite, com especial enfoque para a Investigação e Desenvolvimento, Agricultura, Ambiente e Prestação Social (Eurostat, 2010, p. 80) – pretendem responder aos desafios de um Sistema de C.N., que se propõe, em síntese, realizar os seguintes objetivos:

- Transmitir a realidade europeia para facilitar a implantação de uma política económica e financeira de âmbito europeu;
- Ser compatível com as contas elaboradas pelas Administrações Públicas, pelas Empresas Públicas e pelas Empresas e Organizações, em geral;
- Alargar – através das Contas Satélite - a rede de informação a domínios que exigem intervenção económica e financeira (Sousa, Virgínia Maria Granate Costa e, 2011, p. 31)

Assim se vai consolidando uma linguagem internacional, indispensável a qualquer política económica, nacional ou internacional e tal como Malinvaud reconhecemos que o progresso da macroeconomia, como disciplina empírica e ciência da observação, deve ser apoiado pela acumulação e diversificação de dados, numa base fiável e objectiva de estatísticas e Contas Nacionais (Malinvaud, Edmond, 1989, pp. 206 e 222).

4. NOTAS CONCLUSIVAS

A história da contabilidade nacional, linguagem criada em interação dinâmica com o meio, passa pela sinuosa evolução dos conceitos e teorias, que vão permitir uma nomenclatura; pela estruturação de agregados; pela formação de identidades e equações fundamentais; pela elaboração de modelos, onde sobressaem as interrelações fundamentais entre agregados, agentes e operações; pelo tratamento e comunicação da informação, através das várias instituições adequadas para o efeito; e, finalmente, pela proliferação de usos criados e desenvolvidos no seio do sistema económico.

Uma ciência económica, que se distancia da física e da termodinâmica, e dos equilíbrios mecânicos, apoiada na observação e na quantificação, cada vez mais próxima da vida, da visão organicista, institucionalista e sistémica, vai permitir o nascimento da uma nova linguagem, apta a descrever os

processos de equilíbrio dinâmico, que se desenvolvem num sistema económico onde reina a complexidade.

Questiona-se o mercado e a sua lei, como mecanismo auto regulador e informador, por excelência, destrói-se a imagem utilitária e mecanicista, que fecha o sistema sobre si mesmo, enquanto emerge uma autêntica “*teoria da produção da informação social*” (Kuznets, 1958, p. XI), ao serviço da dinâmica da mudança estrutural.

Hoje, em plena crise, o mercado acentua as suas “falhas” que terão de ser corrigidas a bem do nosso Modelo Social Europeu e, tal como Stiglitz, consideramos que “*What is very clear is that markets themselves have not used our society’s resources well / .../ We need fiscal policy; we need to stimulate the economy / .../ The monetary policy is totally ineffective in getting us out of the current recession*” (Stiglitz, Joseph, 2011, pp. 23 e 24).

O desenvolvimento do institucionalismo e do keynesianismo convergiu numa linguagem – a Contabilidade Nacional –, aquela que continua a mostrar-se apta a servir o sistema económico como sistema aberto e complexo e, necessariamente, estruturado pela informação.

A Contabilidade Nacional ou Social, “*a contabilidade de toda a comunidade ou nação*” (Hicks, J.R., 1972, p.10), esteada em conceitos económicos, estatísticos e contabilísticos, assume-se como a linguagem que ousa desafiar a “*Babel*” económica.

E hoje, em época de crise, que espaço para a linguagem da contabilidade nacional?

Assiste-se ao nascimento de uma preocupação crescente com a salvaguarda e o acréscimo da “riqueza” ou valor patrimonial de sectores privado, público e país, no seu todo. A Contabilidade Nacional, através da quinta geração de Sistemas Internacionais, tem a sua resposta na apresentação, cada vez mais completa e rigorosa, de Balanços. Acresce, que o rigor exigido na governação das Finanças Públicas é acompanhado por novas propostas de construção e comunicação da informação, apresentadas pelo SNA₂₀₀₈, que constituem uma clara mais valia para a governação nacional e supra nacional.

Podemos prever, com Laurs (Norlund, Laurs, 2008, p. 18), que “*national accounts will remain a key statistical framework for the analysis of our societies for many decades to come*”; de facto, após a primeira geração muitas outras se seguirão uma vez que as características apresentadas pela contabilidade nacional – como modelo e como linguagem económica para a análise e governação - lhe traçarão o caminho de uma transformação que não deixará de evidenciar “gaps” no contexto de um processo de co-evolução da ciência económica e da linguagem das contas nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Joaquim (1973), Para uma Análise Sistémica da Produção de Teorias nas Ciências Sociais, o caso da Economia Política, cadernos G.I.S., nº8, Gabinete de Investigações Sociais.
- Babe, Robert E.(1994), The Place of Information in Economics, in Information and Communication in Economics, edited by Babe, Robert E., Kluwer Academic Publishers, U.S.A.
- Barbezat, Daniel (1997), Le Plan Marshall et les Origines de la O.C.D.E., in A La Découverte de L'O.E.C.E., dirigé par Griffiths, Richard T., Collection historique de L'O.C.D.E., Organisation de Coopération et Développement Économiques.
- Bartoli, Henry (1996), L'Économie, service de la vie – Crise du capitalisme – une politique de civilisation, P.U.G.
- Bellon Bertrand e all (1994), Introduction, in L'Etat et le Marché, coordonné par Bellon, Bertrand e all, ADIS, Economica, Paris.
- Boel, Bent (1997), L'Agence Européenne de Productivité, 1953-61, in A La Découverte de L'OCDE, dirigé par Griffiths, Richard, T., Collection Historique de L'OCDE, Organisation de Coopération et Développement Économique.
- Bos, Frits (1992), The History of National Accounting, National Accounts, occasional paper, Central Bureau of Statistics, National Accounts Research Division, The Netherlands.
- Copeland, Morris A.(1950), Introduction, in Studies in Income and Wealth, volume twelve, Conference on Research in Income and Wealth, National Bureau of Economic Research, New York.
- Copeland, Morris A. (1957), The Feasibility of a Standard Comprehensive System of Social Accounts, in Studies in Income and Wealth, volume twenty, Princeton University Press, Princeton.
- Dobb, Maurice (1977), Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith, Biblioteca de Textos Universitários, nº 17, Editorial Presença, Lisboa.
- EC, IMF, OECD, UN, WB (2009), System of National Accounts, 2008, New York, in <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount>.
- Eisner, Robert (1988), Extended Accounts for National Income and Product, in Journal of Economic Literature, vol. XXVI, December, nº4.
- Eurostat (1996), Sistema Europeu de Contas (SEC 1995), Junho.
- Eurostat (2010), Eurostat Yearbook, Europe in Figures, European Commission, Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Foster, John (1991), The Institutional (Evolutionary) School, in A Modern Guide to Economic Thought, An Introduction to Comparative Schools of Thought in Economics, edited by Mair, Douglas and Miller, Anne G., Edward Elgar, England.
- Guerreiro, Amaro D. (1955), Contabilidade Nacional, lições proferidas no Centro de Estudos do Sindicato Nacional dos Comercialistas, Lisboa.

- Hamaide, André et al (1981), *Les Tableaux de Biens et Services*, in *Pour une Histoire de la Statistique*, tome 2, éd. Affichared, Joelle, Ecomica / INSEE, 1987.
- Henderson, James P.(1994), *The place of economics in the hierarchy of the sciences: Section F from Whewell to Edgeworth*, in *Natural Images in Economic Thought*, edited by Mirowski, Philip, Cambridge University Press.
- Hicks, J. R. (1972), *Introdução ao Estudo da Economia, Rendimento Nacional*, 3ª edição, tradução de Elisa Teixeira Pinto da obra *The Social Framework*, Clássica Editora, Lisboa.
- Hodgson, Geoffrey M. (1994a), *Hayek, evolution, and spontaneous order*, in *Natural Images in Economic Thought*, edited by Mirowski, Philip, Cambridge University Press.
- Hodgson, Geoffrey M (1994b), *Economia e Instituições*, tradução de Ana Barradas, Celta Editora, OeirasRotheim,
- Hodgson, Goffrey M. (1997), *Economia e Evolução, o regresso da vida à teoria económica*, tradução de José Castro Caldas, Celta Editora, Oeiras.
- Kenessey, Zoltan (1994), *American Contributions to the Development of National Accounts*, in *The Accounts of Nations*, edited by Kenessey, Zoltan, IOS Press, Amsterdam.
- Klamer, Arjo and Leonard, Thomas C. (1994), in *Natural Images in Economic Thought*, edited by Mirowski, Philip, Cambridge University Press.
- Kurabayashi, Yoshimasa (1994), *Keynes' How to Pay for the War and its influence on Post War National Accounting*, in *The Accounts of Nations*, edited by Kenessey, Zoltan, IOS Press, Amsterdam.
- Kuznets, Simon (1937), *National Income and Capital Formation, 1919-1935, a preliminary report*, N.B.E.R., New York.
- Kuznets, Simon (1951), *Government Product and National Income*, in *Income and Wealth, Series I*, Bowes & Bowes, Cambridge.
- Kuznets, Simon (1952), *Introduction*, in *Income & Wealth of the United States, trends and structure*, in *Income & Wealth, Series II*, edited by Kuznets, Simon, Bowes & Bowes, Cambridge.
- Kuznets, Simon (1958), *Preface*, in *Canada's Economic Development, 1867-1953, Income & Wealth, Series VII*, Bowes & Bowes, London.
- Laski, Harold, J. (1973), *O Liberalismo Europeu*, tradução de Álvaro Cabral, Editora Mestre Jou, São Paulo.
- Le Moigne, Jean Louis (1994), *La théorie du Système Général, théorie de la modélisation*, P.U.F.
- Limoges, Camille and Ménard, Claude (1994), *Organization and the division of labour: biological metaphors at work in Alfred Marshall's Principles of Economics*, in *Natural Images in Economic Thought*, edited by Mirowski, Philip, Cambridge University Press.
- Malinvaud, Edmond (1989), *Observation in Macroeconomic Theory Building*, in *European Economic Review*, volume 33, North – Holland.
- Neves, João César das (1998), *Nobel da Economia, Principia*, edição especial, Cascais.

Norlund, Laurs (2008), The Future of National Accounts, in Eurostat, SIGMA, The Bulletin of European Statistics, The Economy by Numbers, focus on National Accounts, Março.

Patinkin, Don (1976), Keynes and Econometrics: On the Interaction Between the Macroeconomics Revolutions of the Interwar Period, in *Econometrica*, Journal of the Econometric Society, vol. 44, November, nº 6.

Pichot, Alain (1968), Essai de Réflexion sur la Terminologie Économique, in *Revue d'Économie Politique*, nº 4, July – Ag.

Piettre, André (1968), L'Economie, science D'Action, in *Revue D'Economie Politique*, n ° 3, Mai - Juin

Porter, Theodore M. (1994), Rigor and practicality: rival ideas of quantification in nineteenth century economics, in *Natural Images in Economic Thought*, edited by Mirowski, Philip, Cambridge University Press.

Redman, Deborah A.(1997), The Rise of Political Economy as a Science, Methodology and the Classical Economists, The M.I.T. Press, U.S.A

Rotheim, Roy (1989/90), Organicism and the Role of the Individual in Keynes' Thought, in *The Journal of post Keynesian Economics*, vol. 12, nº 2, Winter.

Schumpeter, Joseph A. (1983), *Histoire de L'Analyse Économique*, traduit de l' anglai, sous la direction de Jean – Claude Casanova, vol. III, L'Age Scientifique (1870 a J.M. Keynes), Gallimard.

Smith, Adam (1950), *Riqueza das Nações*, volume I, traduzido do original inglês, segundo o texto da 6ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Sousa, Virgínia Costa e (2008), SNA 2008 : A Resposta do Sistema Internacional de Contabilidade Nacional às Mudanças Institucionais, apresentação no XII Congresso de Contabilidade e Auditoria – A Contabilidade na Era Global – Respondendo à Mudança – ISCA/UA, Novembro de 2008 – Área Temática: Sector Público e Organizações não Lucrativas e publicação na Revista Estudos do ISCA, Série IV, nº1, de 2010, in <http://estudosdoisca.web.ua.pt>.

Sousa, Virgínia Granate Costa e (2011), Sistema Europeu de Contas: o modelo contabilístico e a linguagem económica para a análise e a governação, *Vida Económica* – Editorial S. A., Março, Porto.

Stiglitz, Joseph E. (2011), The Failure of Macroeconomics in America, China & World Economy, vol. 19, nº5.

Stone, Richard (1954), *The Measurement of Consumer's Expenditure and Behaviour in the United Kingdom, 1920-1938*, volume I, Cambridge at the University Press.

Sweezy, Alan (1972), The Keynesian Revolution and its Pioneers – The Keynesians and Government Policy, 1933-1939, in *American Economic Review*, vol. LXII, nº 2, May.

Tobin, James (1996), *Essays in Economics: National and International*, The M.I.T. Press, Cambridge.